



AEROPORTO REGIONAL DE MARINGÁ

Diretoria Executiva do SBMG

Diretoria Administrativa do SBMG

Compras e Licitações do SBMG

Av. Dr. Vladimir Babkov, S/Nº, - Bairro Parque Industrial Mario Bulhões, Maringá/PR,
CEP 87065-665 Telefone: (44) 3366-3847 - <https://www.aeroportomaringa.com.br/pt>

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A TERMINAIS AÉREOS MARINGÁ SBMG S/A, empresa pública de direito privado, com sede na Av. Dr. Vladimir Babkov nº 900 – Aeroporto Regional de Maringá Silvio Name Júnior, CEP: 87065-665, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 03.869.208/0001-30, autorizada pelo previsto no Artigo 3º da Lei Municipal nº 4987/99, torna público que realizará licitação, a qual será regida pela Lei Federal nº 13.303/16 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispositivos da Lei 14.133/21 que se referem à modalidade de licitação denominada Pregão; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal 1142/2019, Decreto 3.555/00, Artigo 37, XXI da Constituição Federal, pelo Regulamento de Licitações da SBMG S/A e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

Objeto	Contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC) no Aeroporto Regional de Maringá, abrangendo as instalações situadas no sítio aeroportuário e respectivas áreas de atuação operacional, mediante disponibilização de bombeiros de aeródromo (civil) devidamente habilitados, em conformidade com a legislação vigente, observados os horários, locais e demais condições estabelecidas.
Modalidade	Pregão Eletrônico
Critério de Julgamento	Menor preço
Plataforma de disputa	www.gov.br/compras/pt-br/ "Acesso Identificado"
Credenciamento	SICAF - www.gov.br/compras/pt-br/
Data e horário da sessão pública	18/06/2026, às 9h30min
Modo de disputa	Aberto
Garantia da contratação	Sim, vide edital.
Valor total máximo da contratação	R\$ 4.964.053,80 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e três reais e oitenta centavos) para o período de 12 meses e valor mensal de R\$ 413.671,15 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e setenta e um reais e quinze centavos).
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	Portal comprasgov - www.gov.br/compras/pt-br/ Portal da transparência do Aeroporto Regional de Maringá - https://www.aeroportomaringa.com.br/
UASG	928214 – Terminais Aéreos de Maringá
Pregoeiro(a)	Mirian Coutinho de Lima, designada pela Decisão Administrativa nº 01/SBMG/2025.

1 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

- 1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.
- 1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em **18 de junho de 2026** às **9h30min**, no site www.gov.br/compras/pt-br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO a: **Contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis (SESCINC) no Aeroporto Regional de Maringá, abrangendo as instalações situadas no sítio aeroportuário e respectivas áreas de atuação operacional, mediante disponibilização de bombeiros de aeródromo (civil) devidamente habilitados, em conformidade com a legislação vigente, observados os horários, locais e demais condições estabelecidas.**
- 2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e www.aeroportomaringa.com.br/portaldatransparencia/licitações.
- 2.3 A licitação será em item único, conforme tabela do **ANEXO II** (planilha de proposta ajustada) do edital, devendo a licitante informar preço unitário e preço total na proposta, não sendo permitido valores acima do máximo estabelecido no edital, sob pena de desclassificação.
- 2.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as **do Edital**.
- 2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (044) 3366-3838 / 3366-3847 ou ainda pelo endereço eletrônico: adm@aeroportomaringa.com.br; licitacao@aeroportomaringa.com.br
- 2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela **Coordenação de Resposta à Emergência, telefone (44) 3366-3845 – Sr. Juan**.

3 DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

- 3.1 O valor máximo estimado da licitação é de **R\$ 4.964.053,80** (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e três reais e oitenta centavos) para o período de 12 meses e valor mensal de **R\$ 413.671,15**

(quatrocentos e treze mil, seiscentos e setenta e um reais e quinze centavos).

3.2 Os valores detalhados constam na planilha de custos (**ANEXOS II, III e IV deste edital**).

3.3 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital são oriundos dos Recursos próprios da Terminais Aéreos de Maringá;

3.4 Em conformidade com o disposto no artigo 34 da Lei nº 13.303/2016, a empresa pública Terminais Aéreos de Maringá SBMG SA opta por não aplicar o sigilo no orçamento estimado para a contratação do objeto desta licitação. Essa decisão visa garantir a transparência, estimular a competitividade e promover a equidade no processo de elaboração das propostas pelos participantes, em consonância com os princípios de isonomia, transparência e economicidade. É fundamental que as licitantes tenham acesso aos valores detalhados na planilha de custos, uma vez que alguns itens correspondem a verbas trabalhistas previstas na convenção coletiva do sindicato da categoria, que não podem ser alterados. O fornecimento de todos os valores proporciona maior clareza às licitantes, facilitando a elaboração de suas planilhas de custos de forma adequada e alinhada às condições estabelecidas

4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO** global, respeitados os valores máximos unitários estipulados na planilha de custos, observadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.

4.2 Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar **esclarecimentos ou providências** em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis** da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

5.1.1 As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro, enviadas exclusivamente aos seguintes endereços eletrônicos: adm@aeroportomaringa.com.br; licitacao@aeroportomaringa.com.br

5.1.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

5.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte contratada para a prestação dos serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no parágrafo 5C, do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/2006. Caso isto ocorra, a mesma se comprometerá a enviar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês subsequente ao da contratação:

- a) Uma cópia do ofício que comunica à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, objeto deste certame, acompanhada também da cópia da confirmação de entrega e recebimento.

6.2 Empresa optante pelo Simples Nacional cujas atividades objeto desta licitação estejam inclusas, por ocasião da contratação, nas vedações ao ingresso no Simples Nacional, não poderá gozar de nenhum benefício tributário na condição de optante nestes casos, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços (anexos) conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Presumido ou Lucro Real) e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006

6.3 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.4 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital> até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.

6.5 A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

6.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal 1142/2019;

6.7 Será vedada a participação de empresas:

- a) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, ou ainda,
- d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

6.8 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “**sim**” ou “**não**”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.8.1. +que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos. 42 a 49;

6.8.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nã” impedirá o prosseguimento no certame;

6.8.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nã” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que

microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, TR e seus anexos;

6.8.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.8.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6.8.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.8.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

6.8.9. Que obteve todas informações de conhecimento do objeto e do referido pregão, não sendo utilizado pela empresa, para qualquer manifestação posterior contra a Contratante.

6.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos (item nº 01 do edital) para abertura da sessão pública.
- 8.2.** O envio da proposta e documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.3.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 8.4.** Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.5.** Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto, informando marca/fabricante, se for o caso, e demais informações em campo próprio do sistema, preço global, com até duas casas decimais após a vírgula.
- 8.6.** A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 8.7.** Após início da sessão, não cabe mais desistência, devendo o licitante manter sua proposta ou lance, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.
- 8.8.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Terminais Aéreos de Maringá.
- 8.9.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.10.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.11.** A proposta deverá **conter**:
- 8.11.1. preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
 - 8.11.2.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
 - 8.11.3.** O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.
 - 8.11.4.** A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.
 - 8.11.5.** A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
 - 8.11.6.** O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

8.12. A Terminais Aéreos de Maringá poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Na data e horário informados no item 1 deste edital, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, valores acima do máximo estabelecido, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta **(eletrônica)** que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário .

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

9.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 9.14.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 9.15.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.16.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 9.17.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema .
- 9.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.19.** Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 9.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55, da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 9.22.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.23.** Caso a etapa de lances ultrapasse o horário de expediente, o pregão será suspenso e retornará no horário informado pelo pregoeiro via chat.
- 9.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.25.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.27.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, através da ferramenta “convocar anexo”, para que anexe no prazo de até **02 (duas) horas**, a partir da solicitação do Pregoeiro, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (**Anexos II, III e IV**), devendo, ainda, apresentar os valores unitários de cada item e subitem e acompanhada, se for o caso, de documentos complementares (catálogo/prospecto) com as especificações, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de preclusão.

10.2. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar fichas técnicas, catálogo, folder ou datasheet com as especificações dos itens ofertados na planilha de custos.

10.2.1. O prazo de 02 (duas) horas deverá estar em conformidade com o efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

10.2.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.2.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não havendo manifestação da licitante convocada, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço Ajustada, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

10.2.4. Em caso de impossibilidade de atendimento no prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado da convocação, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

10.2.5. Os documentos complementares, quando exigidos (catálogo/prospecto com as especificações), poderá ser anexado junto com a proposta ajustada.

10.2.6. O não encaminhamento do documento acima solicitado ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

10.2.7. A licitante deverá encaminhar o documento referente à proposta ajustada (**Anexos II, III e IV**), em Excel e PDF, devidamente assinado, configurado e em formato para impressão.

10.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.4. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

10.4.1. não atenderem às exigências deste edital;

10.4.2. apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

10.4.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4.2.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.4.2.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

10.5. Caso haja propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME ou EPP, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.
- e) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos previstos neste edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sejam atendidos os demais requisitos.

10.6. O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO**, após o encerramento da etapa de lances, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

10.6.1. Para a aceitação da proposta a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão conter, obrigatoriamente, apenas **02 (duas)** casas decimais.

10.6.2. Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará referida adequação.

10.7. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor ou maior desconto não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias ou produtos/serviços não atenderem as especificações exigidas no edital, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.7.1. Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

10.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, através do “chat”, com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta

10.10.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

- 10.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 10.11.** Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: adm@aeroportomaringa.com.br; licitacao@aeroportomaringa.com.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto da Terminais Aéreos de Maringá, quanto do emissor.
- 10.12.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 10.13.** Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada e as planilhas, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1.** O não atendimento das exigências constantes neste item do Edital implicará na inabilitação do licitante.
- 11.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 11.2.1. SICAF.**
- 11.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)**
- 11.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.5.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 11.6.** Os documentos referentes à habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor e deverão ser anexados ao sistema eletrônico no prazo de **2 (duas) horas** após a solicitação pelo pregoeiro.
- 11.6.1.** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, nas seguintes situações:
- I. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela pregoeira ou
- II. De ofício, a critério da pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.
- 11.7.** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.7.1. O pregoeiro concederá prazo para envio de documentos de acordo com o item **11.6 e 11.6.1** deste edital.

11.7.2. No caso de documento ausente que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, será permitida a sua inclusão, desde que o documento apenas venha a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro, que concederá prazo de acordo com o item **11.6 e 11.6.1** deste edital

11.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.10. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.10.1. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.12.1	Habilitação Jurídica
11.12.2	Regularidade Fiscal e Trabalhista
11.12.3	Qualificação Econômico-Financeira
11.12.4	Qualificação Técnica
11.12.5	Visita Técnica
11.12.6	Declarações

11.12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, emitida há, no máximo, **120 (cento e vinte) dias**.
- b)** No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- d)** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada

à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas.

11.12.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, com data vigente;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa Tributos Estaduais, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa** do domicílio ou sede do licitante ;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa**;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

g.1) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

g.2) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.12.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante emitida há, no máximo, 60(sessenta) dias, da data da abertura deste pregão;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.;

b.1) Entende-se por “boa situação financeira”:

I. Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação no prazo de 12 meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do

último exercício social; ou comprovação dos seguintes índices:

II. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE [$LC = AC/PC$] igual ou superior a 1 (um inteiro), em que

LC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

III. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL [$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$] igual ou superior a 1 (um), em que:

LG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

IV. GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL [$GEG = (PC + ELP)/(AT)$] menor ou igual a 1 (um inteiro), em que:

GEG = Grau de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

b.2) Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

- I.** As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;
- II.** As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- III.** As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital;
- IV.** As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa;
- V.** Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- VI.** Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;
- VII.** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa;
- VIII.** Serão aceitos balanços intermediários a fim de comprovar as exigências do item “IV”, desde que haja previsão desta modalidade no Contrato Social;
- IX.** As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

11.12.3.1. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar diligências a fim de comprovar a veracidade, solidez e consistência dos saldos contábeis. Caso não seja atendido satisfatoriamente, com segurança razoável a diligência, a licitante poderá ser desclassificada / inabilitada.

Justificativa: A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital. Justifica-se a habilitação em circunstância dos recorrentes

prejuízos financeiros ocasionados a SBMG em virtude de condenações trabalhista subsidiária e/ou abandono contratual devido a incapacidade e insuficiência financeira das Contratadas fornecedoras de mão de obra continuada, que deixam de cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciária ao fisco e aos colaboradores, além dos transtornos operacionais. Nesse passo, cabe a Administração a devida certificação que a empresa Contratada esteja em condição financeira sustentável para a devida manutenção do contrato.

11.12.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou ou executa Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC), devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

- identificação da entidade emitente;
- descrição dos serviços prestados;
- período de execução;
- declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

a2) O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar, no mínimo, 07 (sete) postos de trabalho.

a3) O(s) atestado(s) de capacidade técnica deve(m) comprovar a categoria CAT 7, referente ao SESCINC, ou categoria superior;

a4) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

b) Declaração da licitante de que, caso seja vencedora do certame, disponibilizará profissionais devidamente habilitados, treinados e em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos pela ANAC para atuação no Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC) na categoria (CAT) 7, ou categoria superior, em caso de alteração de categoria do SESCINC do Aeroporto Regional de Maringá.

Justificativa da Exigência de Qualificação Técnica: Em conformidade, a exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se em razão da natureza especializada dos serviços a serem contratados. Tal exigência visa comprovar que a futura contratada possui experiência prévia e idoneidade técnica, assegurando que os serviços serão executados com eficiência, qualidade e segurança, sem restringir indevidamente a competitividade do certame. O Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC) possui características altamente específicas, distinguindo-se significativamente de outros serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra. Trata-se de atividade diretamente relacionada à preservação de vidas humanas, à segurança operacional e à continuidade das operações aeroportuárias. A atuação no ambiente aeroportuário exige o cumprimento de requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), incluindo a obrigatoriedade de formação específica, cursos de habilitação, atualização e especialização para os profissionais que desempenham a função de bombeiro de aeródromo civil, atividades físicas e (TAF). Além disso, as atividades envolvem a operação de equipamentos especializados de alto valor agregado, exclusivos do ambiente aeroportuário. A utilização inadequada desses equipamentos pode resultar em falhas operacionais, indisponibilidade do serviço, paralisação das operações aéreas e, em situações críticas, risco à vida. Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação tem como objetivo garantir que apenas empresas devidamente qualificadas participem do certame, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais com o nível de qualidade e segurança exigido. Quanto aos quantitativos e ao período mínimo de comprovação exigidos nos atestados de capacidade técnica, estes foram definidos com base no efetivo previsto para o SESCINC, buscando compatibilidade com a futura execução contratual, sem prejuízo à ampla participação de licitantes, em consonância com as orientações constantes. Diante do exposto, entende-se como pertinente e necessária a exigência de qualificação técnica, considerando que os serviços a serem contratados são essenciais, contínuos e diretamente vinculados à segurança aeroportuária e à salvaguarda da vida humana.

11.12.5. VISITA TÉCNICA:

- a) Atestado **de visita** emitido pela SBMG S/A, em nome da licitante, de que esta, através de representante, visitou o local objeto da licitação, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como que teve conhecimento dos detalhes e condições de atendimento; **ou**
- b) **Declaração (Anexo)** emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

I. Quando da visita técnica, a SBMG, emitirá documento comprovando que a licitante enviou representante, o qual deverá ser anexado junto com os demais documentos;

II. Para a visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Coordenação de Resposta à Emergência do Aeroporto, das 9h30min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, até o dia útil anterior à data da abertura do pregão, podendo ser agendado através do telefone (44) 3366-3838 ou (44) 3366-38 – (44) 3366-3845 – Sr. Juan.

11.12.6. DECLARAÇÕES:

- a) Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO V)**.
- b) Declaração de responsabilidade por danos, conforme modelo. **(ANEXO VI)**
- c) Declaração de visita técnica **(ANEXO VII)**

12. DA COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pela pregoeira, até a conclusão da fase de habilitação.

12.1.2. O cadastro no SICAF, **PODERÁ SUBSTITUIR APENAS** os documentos referentes à **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira**, sendo que os demais são obrigatórios a apresentação.

12.1.3. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

- a) Também poderão ser consultados nos sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista a veracidade dessas certidões.

12.2. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

12.3. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

12.4. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado aceito/vencedor.

13. DA SOLICITAÇÃO/APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

13.1. A licitante detentora da melhor proposta poderá ser convocada para apresentar fichas técnicas, catálogo, folder ou datasheet com as especificações dos itens ofertados na planilha de custos, para a verificação da compatibilidade dos itens com as especificações exigidas no termo de referência.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

14.1. A documentação constante **no item 11**, caso solicitada em formato impresso, deverá ser encaminhada em original ou cópias, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Av: Dr. Vladimir Babkov nº 900 – Parque Industrial Mário Bulhões – CEP: 87065-665 - Maringá/PR, aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e do(a) Pregoeiro(a) responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

14.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará aceito/vencedor.

14.3. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

15. DOS RECURSOS

15.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **30 (trinta) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.3. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.gov.br/compras/pt-br.

15.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo

15.5. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até **5 (cinco) dias** para:

15.5.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

15.5.2. motivadamente, reconsiderar a decisão;

15.5.3. manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

15.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

15.8. Não havendo recurso, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo **responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados**.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

17.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

17.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

17.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, os valores correspondentes ao número efetivo de postos de trabalho disponibilizados por esta última no mês de referência.

- 18.2.** As notas fiscais de serviços que envolverem retenção devem ser emitidas até o quinto dia do mês subsequente à prestação do serviço, com o pagamento a ser efetuado até o dia 30 do mesmo mês.
- 18.3.** O fornecedor deverá descrever os serviços prestados na nota fiscal ;
- 18.4.** As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seus vencimentos correrão 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação;
- 18.5.** Caso algum funcionário não compareça ao turno de serviço para o qual estava escalado, e a empresa CONTRATADA não consiga substituí-lo, a falta será descontada do valor mensal devido à empresa, não podendo de forma alguma haver prejuízo à operação;
- 18.6.** O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada nos documentos de habilitação;
- 18.7.** Na eventualidade de aplicação de multas à CONTRATADA, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;
- 18.8.** O pagamento da última parcela devida à CONTRATADA, ao final do prazo contratual, somente será liberado após a apresentação por esta, da quitação integral das verbas trabalhistas e tributárias referentes aos contratos de trabalho de seus colaboradores;
- 18.9.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela SBMG, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira pelo Índice de Preços do Mercado (IGPM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
- $$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo Pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

18.10. A SBMG fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei;

18.11. A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura os documentos a seguir referentes à regularidade fiscal e trabalhista:

 - a)** Prova de regularidade com a apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeito negativa de Débitos Trabalhistas; Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Estadual; Municipal e Certidão de Regularidade do FGTS.
 - b)** Relação de Empregados – RE (do mês anterior), bem como informações enviadas ao Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP.
 - c)** Folha de Pagamento específica do Contrato, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, do mês da prestação dos serviços e seus comprovantes pertencentes.
 - d)** Cartão ponto dos funcionários, bem como comprovante da entrega dos benefícios mencionados na convenção e/ou acordo coletivo.

18.12. A liberação de pagamento ficará condicionada a comprovação das obrigações trabalhistas do mês anterior, e também à entrega do seguinte documento:

 - a)** Para a destinação de resíduos e dejetos será exigido o Certificado de Destinação Final (CDF) emitido através do sistema SINIR;

19. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 19.1.** Por ocasião do pleito de reajuste ou de revisão, a CONTRATADA deverá observar o seguinte: O preço contratual poderá se repactuado, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal a data base de cada ano do acordo coletivo do Sindicato da categoria.
- 19.2.** A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente;
- 19.2.1.** Caso a CONTRATADA não requeira a repactuação e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar;
- 19.2.2.** Caso as negociações para a celebração do acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou a solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem por algum tempo após a data-base da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo e, nesse intervalo, a SBMG convoque a contratada para uma prorrogação contratual, caberá à contratada inserir no termo aditivo a ser celebrado cláusula por meio da qual resguarde seu direito à repactuação, a ser exercido tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou à convenção devidamente registrado;
- 19.3.** Na primeira repactuação, além do custo da mão-de-obra, poderão ser contemplados todos os componentes de custo deste Contrato, desde que tenham sofrido variação a partir da data de apresentação da proposta, mediante demonstração analítica dessa variação devidamente justificada e comprovada, de modo a que todos estejam atualizados na mesma data;
- 19.4.** O novo pedido de repactuação poderá ser concedido depois de decorrido doze meses da última repactuação ou da data de indenização, conforme o caso;
- 19.5.** Por ocasião do pleito de repactuação ou de revisão, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:
- 19.5.1.** requerimento, com vistas à majoração ou redução de preço;
- 19.5.2.** demonstração de desequilíbrio, com a apresentação de duas planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta;
- 19.5.3.** comprovação dos valores dos itens a serem revisados ou repactuados, feita através de diversos meios (revistas, periódicos, órgãos públicos, etc), devendo haver compatibilidade e veracidade das informações apresentadas.
- 19.6.** A SBMG poderá também propor a repactuação ou revisão de preços à CONTRATADA, desde que se faça necessário recompor a equação do contrato em favor da Administração, para adequá-lo às reais condições ajustadas inicialmente;
- 19.7.** Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por Ato da SBMG ou por dispositivo legal;

20. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 20.1.** Conforme especificado no Termo de Referência.
- 20.2.** O local de entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços é no Aeroporto Regional de Maringá, localizado na Avenida Dr. Vladimir Babkov, nº 900 – Parque Industrial Mário Bulhões – Maringá (PR).
- 20.3.** A prestação dos serviços terá início na data informada no contrato, após a sua assinatura.

21. DA ASSINATURA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 21.1.** Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados em contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO VIII** deste Edital.
- 21.2.** O contrato será encaminhado através de plataforma de assinatura eletrônica, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, o qual deverá ser assinado eletronicamente pelo contratado.
- 21.3.** Após todas as partes assinarem, será enviada automaticamente, através da plataforma eletrônica, para o e-mail cadastrado, a via do contrato com todas as assinaturas.
- 21.4.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.
- 21.5.** O contrato poderá ser prorrogado por igual período, desde que atendendo a todas as exigências do Edital, limitado a 60 (sessenta) meses, a critério exclusivo da Administração da SBMG, conforme Regulamento de Licitações da SBMG S/A e Lei Federal nº 13.303/2016.
- 21.6.** Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os serviços/materiais, desde que o preço registrado se encontre dentro dos praticados no mercado.
- 21.7.** Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Aditivo e publicados.

22. DA GARANTIA DO CONTRATO

- 22.1.** Para garantia fiel da execução dos compromissos ajustados no presente CONTRATO, a CONTRATADA prestará a caução correspondente a **10% (dez por cento)** do valor global do contrato, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato ou documento equivalente, sob pena de cancelamento do contrato em caso de não apresentação, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 70 § 1 da Lei Federal nº 13.303/16:
- a)** Caução em dinheiro;
 - b)** Seguro-garantia, ou;
 - c)** fiança bancária.
- 22.2.** Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pela Contratante para tal fim;
- 22.3.** Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;
- 21.4.** A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Maringá-PR;
- 21.5.** No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida SBMG;
- 21.6.** A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais;
- 21.7.** Uma vez aplicada a multa à Contratada e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido;

21.8. Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços, a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação;

21.9. O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do contrato;

21.10. Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

Justificativa. Justifica-se a garantia contratual solicitada em virtude das recorrentes condenações trabalhistas subsidiária e/ou abandono contratual devido a incapacidade e/ou insuficiência financeira das Contratadas, que deixam de cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias ao estado e aos colaboradores, o que provocam elevados riscos financeiros e operacionais a CONTRATANTE. Tal justificativa encontra respaldo no § 3º, art. 70, da Lei Federal nº13.303/2016.

23. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:

23.1. Os direitos e obrigações da contratante e da contratada constam no Termo de Referência e na minuta de contrato constante no **ANEXO VIII** deste processo licitatório.

24. DO ATRASO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Pelo atraso no início da execução dos serviços e/ou entrega dos produtos e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **25.2** deste edital.

b) A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

24.2. O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.

24.3. A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.

24.4. Quando a proponente não mantiver a sua proposta, apresentar documento e/ou declaração falsa em qualquer fase do procedimento licitatório, deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória de 2% e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas na Lei 13.303/16.

24.5. A desistência ou abandono contratual configuram infrações contratuais, e serão punidas com as penalidades constantes no item **nº 25** deste Edital.

24.6. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, além das multas previstas nos incisos anteriores, ficará impedido de licitar e contratar com a

25. DAS PENALIDADES

- 25.1.** Além das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/16, Regulamento de Licitações e Contratos SBMG, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções abaixo estabelecidas:
- 25.2.** O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:
- a)** Advertência;
 - b)** Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
 - c)** Responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
 - d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 25.3.** No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou CONTRATADA, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa prévia, contados da respectiva intimação.
- 25.4.** O valor da multa aplicada à CONTRATADA será automaticamente descontado do montante a que teria direito. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 25.5.** Configura-se falta grave, passível de rescisão contratual por inexecução contratual, sem prejuízo de outras previstas na Lei 13.303/16, atrasos injustificados no cumprimento do objeto contratual, mediante apuração.
- 25.6.** A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação, fraudar qualquer documento, retirar sua proposta de preços após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Maringá, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem.
- 25.7.** Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 13.303/2016 à licitante que:
- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório público;
 - c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

25.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

26.1. Fica assegurado à SBMG S/A. o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

26.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

26.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

26.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

26.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

26.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

26.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Presidente da SBMG S/A.

27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

27.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

f) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

g) Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

h) Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 28.1.** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Portal COMPRASNET através do site www.gov.br/compras/pt-br, no Diário Oficial do Município, através do endereço eletrônico www.maringa.pr.gov.br, e no Portal de Transparência da SBMG S/A., através do endereço eletrônico www.aeroporto.maringa.com.br (Na aba portal da transparência - licitações).
- 28.2.** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 28.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 28.4.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro.
- 28.5.** Será facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Gerência responsável, requerente do certame, com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 28.6.** O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 28.7.** As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 28.8.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 28.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município de Maringá, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 28.10.** A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 28.11.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será

reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

- 28.12.** É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 28.13.** A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 28.14.** O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município/SBMG S/A., quanto do emissor.
- 28.15.** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 28.16.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maringá - PR.
- 28.17.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 28.18.** Não será aceito, em nenhuma hipótese, o consórcio parcial ou total entre empresas;
- 28.19.** Este processo foi elaborado a pedido da Coordenação de Resposta à Emergência da Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A.

29. DOS ANEXOS

29.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência (em arquivo separado do edital)
ANEXO II	PROPOSTA AJUSTADA - Planilha de Custos Resumida
ANEXO III	Planilha de Custos Detalhada
ANEXO IV	Planilha de Uniformes, EPI'S e equipamentos
ANEXO V	Declaração Unificada
ANEXO VI	Declaração Responsabilidade por Danos
ANEXO VII	Declaração de Visita Técnica
ANEXO VIII	Minuta do Contrato

Maringá/PR, 25 de maio de 2026.

.....
GUSTAVO CATELLI VIEIRA DA SILVA
Diretor Presidente

ANEXOS II, III e IV

(Arquivos em formato EXCEL)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis (SESCINC) no Aeroporto Regional de Maringá, abrangendo as instalações situadas no sítio aeroportuário e respectivas áreas de atuação operacional, mediante disponibilização de bombeiros de aeródromo (civil) devidamente habilitados, em conformidade com a legislação vigente, observados os horários, locais e demais condições estabelecidas.

ANEXO II – PROPOSTA AJUSTADA – PLANILHA DE CUSTOS RESUMIDA

ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS DETALHADA

ANEXO IV – UNIFORMES, EPI'S E EQUIPAMENTOS

OBS: Enviar as planilhas em formato Excel e em formato PDF devidamente assinadas e configuradas para impressão.

ANEXO V

DECLARAÇÃO UNIFICADA

À pregoeira e equipe de apoio

Terminais Aéreos de Maringá SBMG

Referente Edital de Pregão Nº 07/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado:

Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

SIM() NÃO()

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina a Lei Federal.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Coordenadores ou equivalentes e Superintendente da SBMG, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe o Art. 59 – Inciso V da Lei Orgânica do Município de Maringá.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta Administração do Aeroporto, que o(a) **responsável legal da empresa** é o(a) Sr. (a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**
- 7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

Responsável:

E-mail:

Telefone: (0xx)

- 8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto a Administração do Aeroporto, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº 07/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.
- 10) Declaramos ter total conhecimento do objeto e do referido pregão, não sendo utilizado por nossa empresa, para qualquer manifestação posterior contra a Contratante.

Cidade/estado _____ de _____ de 2026.

Assinatura

Nome/RG/CPF

Função

Empresa

CNPJ/endereço

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS

À pregoeira e equipe de apoio

Terminais Aéreos de Maringá SBMG

Referente Edital de Pregão Nº 07/2026

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, especialmente para o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026- SBMG**, que:

Se responsabiliza, comprometendo-se a reparar danos que, porventura, nossos serviços/produtos causarem aos equipamentos da SBMG S/A. Equipamentos e peças que forem danificados, comprovadamente pela má qualidade dos serviços/produtos fornecidos/executados, serão prontamente substituídos ou ressarcidos;

Cidade/estado _____ de _____ de 2026.

Nome/RG/CPF/ Assinatura

Função

Empresa

CNPJ/endereço

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À pregoeira e equipe de apoio

Terminais Aéreos de Maringá SBMG

Referente Edital de Pregão Nº 07/2026

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, especialmente para o **EDITAL DE PREGÃO Nº.07/2026-SBMG S/A**, que **não** realizou visita técnica, mas que conhece as condições dos locais em que serão realizados os serviços, bem como todas as suas peculiaridades, e que assume a responsabilidade por eventual erro em sua proposta decorrente da falta de visita ao local.

Cidade/estado _____ de _____ de 2026.

Nome/RG/CPF/ Assinatura

Função

Empresa

CNPJ/endereço

OBS: Em caso de realização de visita técnica, o licitante deverá substituir a declaração de NÃO VISITA TÉCNICA pela declaração de VISITA TÉCNICA devidamente assinada pelo responsável da SBMG S/A

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

São partes integrantes neste instrumento de Contrato:

1. De um lado, **TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 03.869.208/0001-30, com sede na Av. Doutor Vladimir Babkov, s/nº, Parque Industrial Mário Bulhões, CEP: 87065-665, na cidade de Maringá - PR, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº XXXXXX, e pelo Vice-Presidente, Sr. **XXXXXXXXXXXXXX** brasileiro, estado civil, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº XXXXXX doravante denominada CONTRATANTE.
2. De outro lado, a **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, Rua XXXXI, N. XXXX – Bairro XXXX, Cidade-Estado, neste ato representado pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXXX denominada CONTRATADA.

As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si, justo e acordado, celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, devidamente autorizado pelo **Processo Administrativo nº XX/2026 – Pregão nº XX/2026**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 13.303/16, Regulamento de Contratos da SBMG e pelas condições a que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC) no Aeroporto Regional de Maringá, abrangendo as instalações situadas no sítio aeroportuário e respectivas áreas de atuação operacional, mediante disponibilização de bombeiros de aeródromo (civil) devidamente habilitados, em conformidade com a legislação vigente, observados os horários, locais e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica designado o servidor **XXXXXXXXXXXXXX**, matrícula XXXX, Cargo, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXX para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato, nos termos da Lei Federal nº. 13.303/16.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, a critério exclusivo da Administração da SBMG, conforme Regulamento de Licitações da SBMG S/A e Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA QUARTA: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, CARGA HORÁRIA E QUANTIDADE DE POSTOS DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS				
CARGO	Escala de trabalho	Quantidade	Valor unitário	Valor total

Bombeiro de Aeródromo Chefe de Equipe de Serviço (BA-CE), responsável pelo comando da equipe de serviço nas operações de resgate e combate a incêndios. Bombeiro civil – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	5		
Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (BA-MC), condutor responsável pela condução e operação de CCI; Bombeiro civil – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	9		
Bombeiro de Aeródromo 2 (BA-2), Bombeiro civil – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	15		
Operador de Sistema de Comunicação (OC), responsável pelas atividades de comunicação e observação da área de movimento das aeronaves, Bombeiro civil mais curdo de BA- Bombeiro de Aeródromo 2 – 12 horas diárias – 2ª feira a domingo – Diurno ou noturno	12 x 36	5		
VALOR TOTAL PARA 12 MESES				

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR, CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E REAJUSTE

A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA os valores correspondentes ao número efetivo de postos de trabalho disponibilizados por esta última no mês de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins de faturamento, deverão ser consideradas apenas os serviços que foram efetivamente realizados e comprovados conforme valor da tabela que se encontra na cláusula quarta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O faturamento dos serviços objeto deste instrumento deverá ser realizado mensalmente, a contar da data de início da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As notas fiscais de serviços que envolverem retenção devem ser emitidas até o quinto dia do mês subsequente à prestação do serviço, com o pagamento a ser efetuado até o dia 30 do mesmo mês;

PARÁGRAFO QUARTO: Caso algum funcionário não compareça ao turno de serviço para o qual estava escalado, e a

empresa CONTRATADA não consiga substituí-lo, a falta será descontada do valor mensal devido à empresa, não podendo de forma alguma haver prejuízo à operação;

PARÁGRAFO QUINTO: O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada nos documentos de habilitação.

PARÁGRAFO SEXTO: Na eventualidade de aplicação de multas à CONTRATADA, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;

PARÁGRAFO SÉTIMO: O pagamento da última parcela devida à CONTRATADA, ao final do prazo contratual, somente será liberado após a apresentação por esta, da quitação integral das verbas trabalhistas e tributárias referentes aos contratos de trabalho de seus colaboradores;

PARÁGRAFO OITAVO: Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela SBMG, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira pelo Índice de Preços do Mercado (IGPM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo Pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO NONO: A SBMG fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura os documentos a seguir referentes à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária:

- a) Prova de regularidade com a apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeito negativa de Débitos Trabalhistas; Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Estadual; Municipal e Certidão de Regularidade do FGTS.
- b) Relação de Empregados – RE (do mês anterior), bem como informações enviadas ao Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP.
- c) Folha de Pagamento específica do Contrato, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, do mês da prestação dos serviços e seus comprovantes pertencentes.
- d) Cartão ponto dos funcionários, bem como comprovante da entrega dos benefícios mencionados na convenção e/ou acordo coletivo.

CLÁUSULA SEXTA: DA REPACTUAÇÃO

Por ocasião do pleito de reajuste ou de revisão, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O preço contratual poderá se repactuado, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal a data base de cada ano do acordo coletivo do Sindicato da categoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA não requeira a repactuação e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar;

PARÁGRAFO QUARTO: Caso as negociações para a celebração do acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou a solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem por algum tempo após a data-base da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo e, nesse intervalo, a SBMG convoque a contratada para uma prorrogação contratual, caberá à contratada inserir no termo aditivo a ser celebrado cláusula por meio da qual resguarde seu direito à repactuação, a ser exercido tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou à convenção devidamente registrado.

PARÁGRAFO QUINTO: Na primeira repactuação, além do custo da mão-de-obra, poderão ser contemplados todos os componentes de custo deste Contrato, desde que tenham sofrido variação a partir da data de apresentação da proposta, mediante demonstração analítica dessa variação devidamente justificada e comprovada, de modo a que todos estejam atualizados na mesma data;

PARÁGRAFO SEXTO: O novo pedido de repactuação poderá ser concedido depois de decorrido doze meses da última repactuação ou da data de indenização, conforme o caso;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Por ocasião do pleito de repactuação ou de revisão, a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

PARÁGRAFO OITAVO: Requerimento, com vistas à majoração ou redução de preços;

PARÁGRAFO NONO: Demonstração de desequilíbrio, com a apresentação de duas planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Comprovação dos valores dos itens a serem revisados ou repactuados, feita através de diversos meios (revistas, periódicos, órgãos públicos, etc), devendo haver compatibilidade e veracidade das informações apresentadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A SBMG poderá também propor a repactuação ou revisão de preços à CONTRATADA, desde que se faça necessário recompor a equação do contrato em favor da Administração, para adequá-lo às reais condições ajustadas inicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por Ato do Poder Executivo ou por dispositivo legal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Caso de Alteração da CAT/SESCINC;

a) Em caso de alteração da categoria do aeródromo e/ou da Categoria de Combate a Incêndio (CAT) do SESCINC, que implique modificação das condições inicialmente contratadas, especialmente quanto ao aumento ou redução do efetivo, inclusão de novas funções operacionais ou alteração de requisitos técnicos, ficará assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

b) O reequilíbrio deverá ser solicitado pela parte interessada, mediante apresentação de documentação comprobatória que evidencie o impacto das alterações nos custos da execução contratual, incluindo, quando aplicável:

- i. Variação no quantitativo de profissionais;
- ii. Inclusão de novas funções, como Líder de Resgate (LR) e outras previstas em normativos da ANAC;
- iii. Alterações salariais decorrentes de convenções coletivas ou exigências regulatórias;
- iv. Custos adicionais com capacitação, certificações e treinamentos obrigatórios;

v. Demais custos diretamente relacionados à adequação às novas exigências operacionais.

- c) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será formalizada por meio de termo aditivo contratual, garantindo a manutenção da equação econômico-financeira inicialmente pactuada.
- d) Na hipótese de redução da CAT ou do efetivo exigido, o contrato poderá ser ajustado proporcionalmente, com a devida adequação dos valores contratuais.
- e) Ressalta-se que tais alterações decorrem de fato superveniente, alheio à vontade das partes, vinculado à dinâmica operacional do aeródromo e às exigências regulatórias da ANAC, enquadrando-se como hipótese legítima de recomposição do equilíbrio contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços, objeto do presente instrumento, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Colocar à disposição da CONTRATADA toda a legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **CONTRATANTE** deverá fornecer a **CONTRATADA**, sem ônus para esta, todas as informações existentes pertinentes e de interesse para a realização dos serviços, bem como dar à mesma as condições necessárias para regular execução do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Colocar à disposição da CONTRATADA toda a legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados;

PARÁGRAFO QUINTO: Autorizar a CONTRATADO acesso às áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste contrato;

PARÁGRAFO SEXTO: Fornecer à CONTRATADA, mediante pagamento, o Cartão de Credenciamento aeroportuário de seus empregados, se necessário;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

CLÁUSULA SÉTIMA: RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA todas aquelas previstas neste Contrato, no Termo de Referência, no Edital de Licitação e seus anexos, os quais passam a integrar este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Responsabilizar-se integral e diretamente pelos serviços contratados, assumindo responsabilidade legal, administrativa e técnica pela correta execução dos serviços e pela qualidade dos mesmos, nos termos da legislação vigente e das normas e procedimentos internos da CONTRATANTE, inclusive por todos os atos e omissões que seus empregados cometerem nas áreas do aeroporto ou no raio de até 8 km em volta do SBMG, indenizado a parte prejudicada, se for o caso;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção, em escala de revezamento e para as devidas substituições, seja por qualquer motivo (férias, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos), obedecido às normas legais vigentes;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Guarnecer a SCI com um efetivo composto de pessoal treinado em técnicas de salvamento e combate a incêndio em aeronaves e edificações, conforme Plano Anual de Instrução a ser elaborado pelo coordenador de resposta emergência do SBMG e do SESCINC e aprovado pelo acordo com os critérios e normas da ANAC.

PARÁGRAFO QUARTO – Submeter-se a admissão da CONTRATANTE na seleção dos candidatos a vaga, bem como fiscalização na execução dos serviços contratados;

PARÁGRAFO QUINTO – Providenciar juntos aos órgãos competentes (municipal, estadual ou federal) as licenças que se fizerem necessárias ao desempenho de suas atividades, correndo a expensas da CONTRATADA o pagamento de qualquer tributo ou custos pela licença;

PARÁGRAFO SEXTO – Apresentar, sempre que solicitados, os cartões de saúde de seus empregados;

PARÁGRAFO SÉTIMO – Manter em dia e as suas expensas, Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais de Trabalho e Incapacidade Física de todo o seu pessoal, qualquer que seja sua categoria ou atividade, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto deste contrato, apresentando a CONTRATANTE sempre que solicitadas;

PARÁGRAFO OITAVO – Relatar imediatamente a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços, além de registrar em livro de ocorrências próprio;

PARÁGRAFO NONO – Responsabilizar-se por danos ou desaparecimento de equipamentos e/ou outros bens da CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por qualquer um dos seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando na execução ou não do objeto contratado;

PARÁGRAFO DÉCIMO – Fornecer EPI'S necessários a execução dos serviços;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Fornecer à CONTRATANTE, os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessários, quando solicitados;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Garantir a participação dos seus empregados nos exercícios simulados e cursos realizados no Aeroporto, zelando para que seus empregados participem dos exercícios simulados (ESAB, ESAIA, ESEA) e demais cursos, treinamentos, reciclagens operacionais e outros realizados no Aeroporto;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Zelar para que seus empregados conheçam e cumpram as atribuições estabelecidas pela Administração Aeroportuária bem como o estabelecido nos planos PLEM, MGSO, PSA, PCINC e demais normas e medidas adicionais de segurança;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho executem quaisquer outras atividades, não previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA, durante o horário em que estiverem prestando serviço, salvo se forem expressamente determinados pela CONTRATANTE;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Responsabilizar-se legal, administrativa, civil e criminalmente, pela ordeira execução do serviço contratado, inclusive por todos os atos e omissões que seus empregados cometerem nas áreas da CONTRATANTE, indenizando a parte prejudicada, se for o caso;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Responsabilizar-se pelos pagamentos e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do Contrato e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando, conforme cláusulas contratuais e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os respectivos comprovantes, bem como efetuar a entrega pelos meios disponibilizados pela contratante de todos os documentos necessários para a fiscalização do contrato supracitado;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Responsabilizar-se pela utilização dos veículos, equipamentos, ferramentas e qualquer outro instrumento disponibilizado pela CONTRATANTE exclusivamente para o fim a que se destinam e quando

em serviço ou em treinamento. Qualquer outra forma de utilização somente poderá ocorrer se houver ordem ou autorização da Administração Aeroportuária SBMG;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Atentar quanto à seleção de seus empregados, mantendo-os, quando em serviço, bem apresentados, limpos e equipados, trajando uniformes e portando, obrigatória e ostensivamente, na altura do peito, Cédula de Identificação/Credenciamento fornecida pela Administração Aeroportuária SBMG no credenciamento, que deverá ser solicitada junto ao setor competente do aeroporto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Nenhum empregado poderá iniciar suas atividades na SCI, sem que tenha cumprido todos os trâmites burocráticos e recebido a cédula de identificação fornecida pela CONTRATANTE;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Devolver imediatamente as Cédulas de Identificação/Credenciamento dos empregados que foram desligados dos serviços por encerramento do contrato ou rescisão, sem o que, ficarão sustadas as novas emissões de credenciais, sem prejuízo das sanções legais pertinentes;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – Determinar aos seus empregados, quando em trânsito pelas dependências do Aeroporto, a utilização ostensiva da cédula de identificação do Aeroporto fornecida pelo aeroporto de Maringá (SBMG), mesmo estando uniformizados;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – Devolver à SBMG a credencial em até 48 (horas), no caso de desligamento de empregado;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – Apresentar relação nominal dos profissionais designados para atuarem nos SESCINC, comunicando imediatamente quaisquer alterações, com comprovação da qualificação técnica e escala de trabalho de cada um, com endereço completo e respectivos telefones para contato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – Em caso de substituição de empregados, até que sejam cumpridos os treinamentos obrigatórios, os novos contratados deverão cumprir horário administrativo. Nesse período, o Bombeiro Civil de Aeródromo que cumpre horário administrativo passará a laborar em escala de serviço;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO – Atender imediatamente às solicitações, verbal ou por escrito, da CONTRATANTE, quanto às substituições de empregados considerados inadequados ou inconvenientes para a execução dos serviços, ficando vedado seu retorno para prestação de serviços ao SBMG. Neste caso, a CONTRATADA terá que fazer a substituição imediata por outro empregado que satisfaça às condições previstas, independentemente da possível glosa, do custo homem/hora, na fatura, se a substituição ultrapassar duas horas;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO – Informar, diariamente, ao coordenador de resposta emergência do SBMG e ao chefe de equipe, as eventuais substituições nas escalas mensais anteriormente estabelecidas;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO – Não permitir que os Bombeiros Cíveis de Aeródromo, quando em serviço, se ausentem do local de trabalho;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO – Apresentar, mensalmente, ao coordenador responsável, Relatório Sumário contendo quantidade de agentes extintores armazenados em cada CCI e em Reserva Técnica; defasagem na quantidade existente, conforme estabelecido na Resolução nº 115 da ANAC; efetivo da SCI; problemas frequentes de equipamentos e instalações; necessidades de materiais; escala efetuada da Equipe de Serviços do mês anterior e sugestões para coordenador de resposta emergência do SBMG.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO – Efetuar o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, assim como fornecer os vales-transportes e os vales refeição e/ou alimentação aos seus empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, rigorosamente no prazo estipulado na legislação pertinente;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – Assegurar o controle da pontualidade e assiduidade de seus empregados, tomando as medidas necessárias para evitar faltas e atrasos que comprometam a prestação dos serviços;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO – Cumprir as posturas do Município, e as disposições legais, estaduais e

federais, que interfiram na execução do contrato;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO – Responsabilizar-se pelas ações de preservação ambiental nas áreas ocupadas pelos seus empregados;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO – Designar como preposto o Chefe do SESCINC, para representá-la perante a CONTRATANTE, em relação aos temas relacionados à execução do Contrato, bem como para exercer autoridade disciplinar, administrativa e operacional sobre o pessoal da SCI e acompanhar as Visitas Técnicas, auditorias e inspeções realizadas pelo SBMG, ANAC e outros órgãos;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO – Orientar o Chefe do SESCINC para que desenvolva suas atividades atendendo às diretrizes da ANAC e do SBMG, assim como as cláusulas do Contrato;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO – Designar, quando solicitado pela Administração Aeroportuária do SBMG instrutores e/ou monitores de seu efetivo, para, respeitadas as condições estabelecidas pelas normas e instruções da ANAC, ministrar instruções técnico-especializadas em prevenção, combate a incêndio, resgate e primeiros socorros para a comunidade aeroportuária local e/ou ao seu próprio efetivo;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO – Manter a disciplina e a ordem nos locais de execução dos serviços, zelando pelo fiel cumprimento de todas as normas vigentes e orientações de segurança do SBMG.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO – Operar os veículos especializados para salvamento e combate a incêndio, mantendo-os sempre em ótimas condições de operacionalidade (fazer a limpeza do veículo tanto interna como externa), bem como fazer gestões junto à Administração Aeroportuária juntamente com o coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá mesmos recebam a indispensável e conveniente manutenção que não seja de sua responsabilidade;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO – Manter Bombeiro Civil de Aeródromo no posto de comunicação, com visualização de toda pista, para acompanhar a progressão do voo, bem como operar os sistemas de comunicações disponíveis com o órgão de controle do Aeroporto (Torre de Controle – TWR) e com o COA ou COE do SBMG. A critério poderá ser utilizado para tal, câmeras com monitores e controle de zoom sempre fazendo treinamento para se aperfeiçoar e se capacitar ainda mais na função;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO – Resgatar e/ou socorrer pessoas ou animais, vitimados por incêndio e outros acidentes ocorridos com aeronaves no sítio aeroportuário, na área de atuação e nas instalações aeroportuárias, incluindo o Terminal de Logística de Carga;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO – Providenciar o recolhimento de produtos químicos por ventura derramados no Pátio de Manobras e no Terminal de Logística de Cargas;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO – Auxiliar a equipe de segurança do Aeroporto, quando solicitado, para a retirada de pessoas das pistas de taxi, pouso e decolagem, pátio de estacionamento e adjacências, a fim de providenciar a liberação da área;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO – Realizar a captura de animais dentro do sítio aeroportuário e, quando determinado, nas suas adjacências;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO – Não permitir nenhuma retirada de bens do SBMG sob a responsabilidade e guarda do Chefe da SCI, sem a prévia autorização do coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO – Manter em condições adequadas de armazenamento, todos os agentes extintores, bem como os seus respectivos controles de estoque (prazo de validade, lote, empresa fabricante, etc.);

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO – Combater incêndio em instalações no âmbito da área de atuação até 8 (oito) km e, se for julgado necessário pela CONTRATANTE, fora do raio de 8 (oito) km desde que autorizado pela Administração Aeroportuária Local, onde o fogo ameaça ou possa interferir nas atividades de voo, até a chegada do

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO – Auxiliar o Corpo de Bombeiros Urbano no combate a incêndio em instalações fora do sítio aeroportuário, quando autorizado pela Administração Aeroportuária Local;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO – Realizar, em coordenação com o coordenador de resposta emergência do aeroporto de Maringá, vistorias regulares às edificações e em torno do sítio aeroportuário, visando à detecção de situações que possam pôr em risco a integridade física do Aeroporto, do patrimônio, da comunidade aeroportuária e respectivos usuários, encaminhando as situações observadas e propostas de medidas corretivas à Administração Aeroportuária Local. Essa atividade não poderá diminuir a capacidade de prontidão na SCI;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO – Conhecer todos os sistemas de prevenção de combate a incêndios existentes nas dependências do Aeroporto, extintores, mangueiras, hidrantes, sistema de detecção e alarmes e etc.);

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO – Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas constantes do Contrato;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO – Atentar para os requisitos de urbanidade e bom relacionamento com os empregados do Aeroporto e com o público geral;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO – Realizar treinamento de brigada de incêndio para os colaboradores da contratada.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO – Determinar e orientar aos seus empregados que cumpram todas as instruções e procedimentos estabelecidos e/ou recomendados pelo aeroporto de Maringá (SBMG), com ordem, disciplina e eficiência;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO – Manter, em livro próprio, o registro de todas as situações referentes ao bom andamento do serviço, contendo assinatura e carimbo do informante, inclusive, toda e qualquer ocorrência que envolva a SCI, equipamentos e equipagem, atrasos, faltas e substituições de Bombeiros Civis de Aeródromo, passagem de serviço, efetivo dos turnos, CCI em linha e suas tripulações, CCI de reserva, CCI baixados e período diário do aquecimento dos veículos;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO – Remunerar o profissional alocado no posto de trabalho para cobertura de outro profissional, com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo os encargos correspondentes e previstos contratualmente;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO – Estar à disposição dos profissionais alocados nos Postos de Trabalho, sempre que necessário, visando resolver os problemas relativos ao trabalho;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá exercer fiscalização contínua, periódica e sistemática sobre os postos de trabalho sob sua responsabilidade, observando as seguintes diretrizes:

- a) Manter permanente contato com o responsável pela fiscalização do contrato da CONTRATANTE, especialmente com o Coordenador de Resposta à Emergência, por meio da Coordenação de Salvamento e Combate a Incêndio ou Gerência, visando à pronta solução de eventuais problemas;
- b) Acompanhar e garantir o fiel cumprimento das escalas de serviço e das ordens operacionais emitidas aos empregados;
- c) Proceder imediatamente à substituição de empregados ausentes, faltantes ou inadequados, de modo a assegurar o efetivo mínimo exigido neste Termo de Referência;
- d) Promover a adequada capacitação, treinamento e orientação contínua de seus empregados, garantindo que os postos de trabalho sejam ocupados exclusivamente por profissionais devidamente qualificados;
- e) Supervisionar as atividades desempenhadas nos postos de trabalho, assegurando a correta execução dos serviços;
- f) Fiscalizar e auxiliar na manutenção da limpeza e organização das áreas de trabalho sob sua responsabilidade;
- g) Adotar as medidas necessárias para garantir a disciplina, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO – Ressarcir a SBMG quanto aos custos de credenciamento, observando

que o credenciamento deverá ocorrer antes do início dos serviços contratados;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO – Disponibilizar e manter na sua sala administrativa, um ou mais quadros afixados, que deverão conter avisos, normas, composição das equipes, intervalos para refeição, etc.;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO – Nas trocas de turno, deverá obrigatoriamente ocorrer a passagem formal do serviço, sendo que a equipe que entra, deve receber formalmente todas as informações necessárias da equipe que sai;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO – Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessárias à execução do objeto do contrato;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE as escalas de serviço devidamente atualizadas, com antecedência mínima de 3 (três) meses, bem como comunicar imediatamente quaisquer alterações que venham a ocorrer;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO TERCEIRO – Fornecimento de relatórios mensais individuais de todos os colaboradores, informando a sua carga horaria de treinamento e sua evolução em cada PTR-BA, conforme a RBAC 153.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO QUARTO – Nomear líderes responsáveis pelo acompanhamento das atividades, garantindo a correta execução dos serviços, bem como a orientação contínua dos colaboradores. Esses líderes deverão reportar-se ao responsável pela fiscalização dos serviços da Contratante sempre que necessário, tomando providências para a correção de eventuais falhas identificadas;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO QUINTO – Responder integralmente pelos cuidados e providências necessárias ao atendimento de seus empregados em casos de acidentes de trabalho ou mal súbito, adotando as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEXTO – Monitorar e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos nacionais e internacionais por parte de seus funcionários, colaboradores e contratados, garantindo conformidade com as normas aeronáuticas e aeroportuárias;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SÉTIMO – Atuar em conformidade com a Política de Segurança Operacional estabelecida pelo operador aeroportuário, cumprindo todas as diretrizes do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO);

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO OITAVO – Participar, quando convocado, das reuniões da Comissão de Segurança Operacional (CSO). A ausência do representante da empresa só será permitida mediante justificativa prévia aceita pela administração aeroportuária;

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO NONO – Incentivar e fiscalizar seus funcionários, colaboradores e contratados para que atuem de forma proativa na prevenção de acidentes e incidentes nas áreas operacionais do aeroporto, promovendo uma cultura de segurança e incentivando o relato de situações de risco à segurança operacional;

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO – Colaborar com a Administração Aeroportuária, sempre que solicitado, na análise dos impactos sobre a Segurança Operacional, contribuindo para a eficácia do Gerenciamento de Risco da Segurança Operacional;

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO PRIMEIRO – Cumprir e atuar conforme os requisitos estabelecidos no MANUAL DE OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIA (MOPS) do Aeroporto.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SEGUNDO – Efetivo Operacional: A CONTRATADA deverá disponibilizar efetivo de Bombeiros de Aeródromo (Civis) em quantidade suficiente para garantir o funcionamento ininterrupto do Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos (SESCINC), conforme os requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, especialmente os previstos no RBAC nº 153.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO TERCEIRO – O efetivo deverá atender à categoria de proteção contra incêndio do aeródromo, garantindo a pronta resposta em situações de emergência aeronáutica.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO QUARTO – Treinamentos Obrigatórios; A CONTRATADA deverá garantir que seus profissionais estejam com treinamentos atualizados, incluindo, no mínimo:

- a) Combate a incêndio em aeronaves;
- b) Salvamento em acidentes aeronáuticos;
- c) Atendimento Pré-Hospitalar (APH);
- d) Operação de viaturas de combate a incêndio;
- e) Treinamentos periódicos de atualização exigidos pela regulamentação da ANAC;
- f) Qualificar seus empregados com o Curso de Transporte Aéreo de Artigos Perigosos, conforme previsto no Apêndice “E”, da IS nº 175-001, 08.12.2009;
- g) Realizar o Treinamento de Formação Técnica de Bombeiros para Aeródromo – FTBA e Operador de Carro Contraincêndio e suas atualizações;
- h) Realizar o Curso de Aperfeiçoamento Técnico para Bombeiros de Aeroportos – ATEBA, de acordo com cronograma a ser definido;

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO QUINTO – Escala de Serviço; A CONTRATADA deverá garantir a manutenção do efetivo operacional em regime de escala que assegure a disponibilidade do serviço durante todo o horário de funcionamento do aeródromo, mantendo prontidão imediata para resposta a emergências aeronáuticas.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SEXTO – Tempo de Resposta; A equipe deverá estar preparada para atender aos requisitos de tempo de resposta operacional estabelecidos pela ANAC, garantindo a mobilização e deslocamento imediato das viaturas do Serviço de Combate a Incêndio.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SÉTIMO – Integração com o Plano de Emergência do Aeródromo; A equipe da CONTRATADA deverá participar das atividades previstas no Plano de Emergência do Aeródromo (PEA), incluindo, exercícios simulados de emergência, treinamentos operacionais, ações de resposta a emergências aeronáuticas.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO OITAVO – Equipamentos e Uniformes; Os profissionais deverão utilizar uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados às atividades de combate a incêndio aeronáutico, conforme normas técnicas e procedimentos operacionais estabelecidos pelo aeroporto.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO NONO – Conduta Operacional; Os profissionais da CONTRATADA deverão cumprir integralmente os procedimentos operacionais, normas de segurança aeroportuária, normas da ANAC e regulamentos internos da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO – O setor designado agirá em nome da SBMG, com plenos poderes para fiscalizar, supervisionar e controlar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA e, ainda, fiscalizar e avaliar os aspectos de limpeza e conservação das áreas concedidas.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO PRIMEIRO – A fim de assegurar a consecução do preconizado no item anterior, o setor designado poderá, a seu critério e a qualquer momento, orientar os empregados da CONTRATADA por meio de seu preposto ou representante no momento (chefe de equipe de serviço), no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas, tornando-as, dessa forma, mais eficientes.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEGUNDO – Fazendo-se necessárias modificações nos processos de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços como um todo, a Fiscalização poderá, a seu critério e a bem da agilidade, discutir o assunto verbalmente com a CONTRATADA, a qual poderá expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, cabendo toda via a SBMG, a decisão final, que ficará registrada em ata.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO TERCEIRO – O SBMG poderá solicitar o imediato afastamento de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar sua ação fiscalizadora ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição do mesmo, às suas exclusivas expensas.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO QUARTO – O SBMG manterá contínua avaliação sobre os serviços, com o objetivo de averiguar o cumprimento das obrigações contratuais. As deficiências e/ou irregularidades eventualmente constatadas serão comunicadas da seguinte forma:

- a) VERBAIS: nos casos rotineiros ou de urgência; e
- b) POR ESCRITO: nas situações mais complexas, estipulando-se, quando pertinente, prazo para a correção da irregularidade. As comunicações formais serão registradas em diário de ocorrências ou através de correspondência formal (ofício).

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO QUINTO – A omissão total ou parcial da SBMG não eximirá a CONTRATADA de sua plena responsabilidade pela execução, supervisão e controle dos serviços, nas condições previstas neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEXTO – Será obrigatório que, previamente à contratação, todo candidato seja submetido e aprovado em Teste de Aptidão Física (TAF), a ser realizado pela empresa contratada acompanhado em conjunto com a contratante, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nos termos do RBAC 153.37(d) e da IS 153.37-001B, ou normativas que venham a substituí-las.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEXTO, INCISO PRIMEIRO – Caso o candidato não seja considerado apto no TAF, a empresa contratada deverá adotar as providências cabíveis, não sendo permitida sua contratação até que atenda aos requisitos exigidos.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEXTO, INCISO SEGUNDO – Para colaboradores já contratados, o TAF deverá ser aplicado periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, conforme exigência normativa. Na hipótese de inaptidão, o colaborador deverá ser imediatamente substituído, permanecendo afastado de suas funções até que seja novamente considerado apto.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEXTO, INCISO TERCEIRO – Adicionalmente, em eventuais testes realizados pela ANAC durante ações de fiscalização, caso seja constatada a inaptidão de qualquer colaborador, a empresa contratada deverá providenciar sua substituição imediata, garantindo a continuidade dos serviços em conformidade com a legislação vigente.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SÉTIMO – Após assinatura do contrato de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá contatar a equipe do SBMG para agendamento de reunião de início dos trabalhos na sede do Aeroporto Regional de Maringá (SBMG).

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES

Além das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento de Contratos SBMG, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções abaixo estabelecidas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- c) Responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou CONTRATADA, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa prévia, contados da respectiva intimação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Pelo atraso no início da execução dos serviços e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do parágrafo primeiro desta cláusula;
- b) A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

PARÁGRAFO QUARTO: O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.

PARÁGRAFO QUINTO: A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, previstas no contrato subsequente a esta contratação e na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA: DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e correspondências entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita por intermédio de protocolo ou por outro meio de comunicação formal.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

A presente prestação de serviços poderá ser rescindida pelo CONTRATANTE, de pleno direito, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;
- b) subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial, sem prévia anuência ou autorização escrita da CONTRATANTE;
- c) inobservância as características contratuais para cumprimento do objeto contratual;
- d) por infração reincidente da CONTRATADA de qualquer destas obrigações;
- e) manifesta impossibilidade, por parte da CONTRATADA, de cumprir as obrigações assumidas;
- f) declaração de falência ou recuperação judicial da CONTRATADA;
- g) se o serviço desenvolvido na área, objeto deste ajuste, ficar interrompido por mais de 48 horas (quarenta e oito horas), salvo se, por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE;
- h) lentidão na prestação dos serviços, que possa dar margem ao descumprimento de prazos ou prejuízos aos serviços da CONTRATANTE;
- i) por infração reincidente da CONTRATADA de qualquer destas obrigações;
- j) nas demais circunstâncias ou motivos, previstos nas legislações aplicáveis à espécie.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Excluídos os casos de rescisão previstos nesta Cláusula, a parte que der causa à rescisão ficará sujeita a indenizar à outra parte, o valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor das prestações mensais que faltarem para o término do contrato.

PARAGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações de qualquer das disposições estabelecidas neste instrumento somente se reputarão válidas se tomadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA

PARAGRAFO PRIMEIRO Para garantia fiel da execução dos compromissos ajustados no presente CONTRATO, a CONTRATADA prestará a caução correspondente a **10% (dez por cento)** do valor global do contrato, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato ou documento equivalente, sob pena de cancelamento do contrato em caso de não apresentação, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 70 § 1 da Lei Federal nº 13.303/16:

- d) Caução em dinheiro;
- e) Seguro-garantia, ou;
- f) fiança bancária.

PARAGRAFO SEGUNDO: Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pela Contratante para tal fim;

PARAGRAFO TERCEIRO: Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter

expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;

PARAGRAFO QUARTO: A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Maringá-PR;

PARAGRAFO QUINTO: No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida SBMG;

PARAGRAFO SEXTO: A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais;

PARAGRAFO SÉTIMO: Uma vez aplicada a multa à Contratada e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido;

PARAGRAFO OITAVO: Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços, a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação;

PARAGRAFO NONO: O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do contrato;

PARAGRAFO DÉCIMO: Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA :DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas da Lei Federal nº. 13.303/06 e Regulamento de Contratos da SBMG e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO: A prestação de serviços, objeto do presente contrato não acarreta, como consequência, a existência de qualquer vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: DO SIGILO

Todos os dados, informações, documentos e materiais trocados pelas partes em razão deste Contrato, incluindo os termos e as condições do Contrato, deverão ser tratados como informações sigilosas e restritas, e nenhuma das Partes deverá divulgar a terceiros ou fazer uso distinto do aqui estabelecido das referidas Informações, sem o prévio e expresso consentimento da outra Parte, permanecendo esta cláusula em vigor por um período de 5 (cinco) anos após o encerramento deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não serão consideradas informações confidenciais aquelas que:

- I. Sejam previamente conhecidas pela Parte receptora;
- II. Sejam independentemente desenvolvidas;
- III. Sejam obtidas de terceiros que, na medida de seu conhecimento, não estejam obrigados a um dever de confidencialidade; ou
- IV. Tornem-se públicas sem que as obrigações de confidencialidade aqui assumidas tenham sido violadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As informações confidenciais permanecem de propriedade exclusiva da Parte reveladora, não cabendo qualquer direito sobre elas à Parte receptora, devendo ainda a Parte receptora devolver ou destruir,

mediante solicitação da Parte divulgadora, em qualquer tempo ou ao término do Contrato, todo e qualquer dado, informação, documento e/ou material recebido e que, eventualmente, esteja em seu poder.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO COMPLIANCE

As partes comprometem-se ainda a:

- I. cumprir as leis de combate à corrupção e de defesa da concorrência;
- II. não utilizar, em quaisquer de suas atividades, trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes, observando a legislação vigente, bem como se comprometem a envidar seus esforços para que a referida medida seja adotada também na sua rede de relações comerciais;
- III. proporcionar aos seus empregados e demais trabalhadores envolvidos na realização dos serviços, um ambiente de trabalho seguro e saudável, com o cumprimento das leis e regulamentos relacionais a tais questões, devendo, ainda, fornecer todas as informações relevantes sobre prevenção e controle de riscos ocupacionais, saúde, segurança e qualidade de vida;
- IV. cumprir os acordos e convenções coletivas de trabalho, garantindo a liberdade sindical e o direito à negociação coletiva de seus funcionários, assegurando que os representantes de tais funcionários não sejam sujeitos à discriminação e que tais representantes tenham acesso aos membros de seu sindicato no local de trabalho;
- V. respeitar a legislação ambiental vigente, sendo certo que qualquer irregularidade ou dano causado por comprovada ação ou omissão de uma das Partes, de seus empregados, prepostos ou contratados será de inteira responsabilidade da Parte omissa de tal ação perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros, bem como por quaisquer indenizações em decorrência de danos ou prejuízos causados;
- VI. adotar as medidas necessárias à proteção ambiental, cumprindo todos os procedimentos cabíveis visando à precaução de qualquer risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades desenvolvidas;
- VII. não autorizar, oferecer, dar, se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou solicitar, aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem (prepostos, representantes, funcionários, colaboradores etc.), qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou não financeira ou benefício de qualquer espécie que constitua prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta, tendo ou não relação com o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

A Contratada/Operadora garante que cumprirá com todas as políticas, regras e orientações de segurança da informação para proteção dos Dados Pessoais, incluindo questões relativas a armazenamento, criptografia e controles de acesso, a fim de protegê-los contra perdas, divulgações e acessos não autorizados, sejam esses acidentais ou não, devendo adotar medidas para garantir adequada segurança contra os riscos apresentados em decorrência da natureza dos dados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada/Operadora notificará a Contratante/Controladora, sem atrasos, quando tomar conhecimento de uma Violação de Dados Pessoais que afete os Dados Pessoais da Contratante/Controladora. A notificação deverá fornecer à Contratante/Controladora informações suficientes para permitir que a esta cumpra quaisquer obrigações de relatar ou informar aos Titulares dos Dados sobre a Violação de Dados Pessoais nos termos da Lei Aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada/Operadora deve cooperar com a Contratante/Controladora e tomar as medidas comerciais razoáveis conforme orientado pela Contratante/Controladora para auxiliar na investigação, mitigação e remediação de cada Violação de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso algum titular dos Dados Pessoais Tratados no âmbito do Contrato faça alguma requisição a quaisquer das Partes no exercício de seus direitos previstos nas legislações aplicáveis de proteção de Dados Pessoais, como por exemplo, mas sem limitação, solicite a retificação, atualização, correção, acesso ou exclusão de seus Dados Pessoais, as Partes deverão comunicar tal fato imediatamente entre si e proceder ao atendimento da requisição feita pelo Titular dos Dados Pessoais. Para fins de esclarecimento, a Contratante, na qualidade de controladora dos Dados Pessoais, será exclusivamente responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas. No caso de uma requisição de exclusão dos Dados Pessoais pelos Titulares a Contratada/Operadora poderá mantê-los em seus sistemas se houver qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, por exemplo, para resguardo de direitos e interesses legítimos da própria Contratada/Operadora.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a Contratante/Controladora venha a ser demandada, administrativa, judicial ou

extrajudicialmente, em razão de tratamento de dados pessoais realizado pela Contratada/Operadora e/ou Afiliadas, incluindo, mas não se limitando em situações de incidentes de segurança, a Contratada/Operadora deverá envidar os melhores esforços para excluir a Contratante da referida demanda, sem prejuízo do ressarcimento quaisquer despesas, custos, multas, indenizações e/ou ônus que a Contratante/Controladora vier a incorrer em decorrência desta, incluindo, mas não se limitando aos honorários advocatícios, periciais e/ou contábeis e/ou eventuais condenações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONDIÇÕES GERAIS.

As partes contratantes serão responsáveis perante terceiros pelos atos praticados por seus propostos, pelo uso indevido dos equipamentos ou pelos danos porventura provocados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:- A CONTRATADA tem pleno conhecimento dos elementos deste termo, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares dos serviços a serem executados, não podendo inovar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do seu perfeito cumprimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO:- À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos serviços objeto do presente Contrato ou divulga-los por meio da imprensa escrita, falada, televisada e/ou outro meio qualquer de divulgação pública, salvo autorização expressa da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO:- A CONTRATADA não poderá autorizar a visita aos locais de execução dos serviços de pessoas estranhas aos mesmos, salvo autorização expressa da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO :- É vedado a CONTRATADA negociar duplicatas ou qualquer outro título cambial emitido contra a **CONTRATANTE** ou dar em garantia o presente Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO:- Toda mão-de-obra utilizada pela CONTRATADA na prestação dos serviços não terá qualquer vínculo com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO:- Ocorrendo a propositura de Reclamação Trabalhista por empregado ou ex-empregado d a **CONTRATADA** alocado na execução dos serviços objeto deste Instrumento e na qual seja citada a **CONTRATANTE** na condição de reclamada ou litisconsorte passiva, fica a **CONTRATANTE** autorizada a fazer a retenção do valor reclamado e dos pertinentes aos depósitos judiciais de qualquer crédito da **CONTRATADA** ou, se insuficiente este, da Garantia de Cumprimento do Contrato, até o trânsito em julgado da lide, cujo fatos serão levados ao conhecimento da Administração pelo órgão Jurídico da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, ou pelas disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, para dirimirem qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Estando justas e acordadas, as partes juntamente com as testemunhas assinam eletronicamente.

Maringá-PR, XX de XXXX de 2026.

P/ CONTRATANTE:

(assinatura eletrônica) (assinatura eletrônica)

XX

Presidente-SBMG Vice-Presidente - SBMG

P/ CONTRATADA:

TESTEMUNHA:



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Catelli Vieira da Silva, Diretor(a)-Presidente do SBMG**, em 25/05/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8722054** e o código CRC **E09E8F6F**.

Referência: Processo nº 41.12.00000067/2026.91

SEI nº 8722054